

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) – Comunicação de**

**Líder:** Boa tarde a todos e todas. Eu, nesta quarta-feira, depois de uma terça-feira em que tivemos uma prisão de um sujeito acusado da morte de Marielle, sujeito esse que mora no condomínio do Presidente da República. É, no mínimo, uma grande coincidência, uma enorme coincidência. Amanhã teremos um ato internacional, quando fecha um ano da morte da Ver.<sup>a</sup> Marielle. E acordamos hoje com essa notícia, essa tragédia, já são dez pessoas mortas na

cidade de Suzano, Ver. Hamilton. Nós não tínhamos isso no Brasil há um tempo, pelo menos. Espero que seja um caso isolado, não seja uma tendência como é nos Estados Unidos, de pessoas atirarem dentro das escolas como aconteceu na cidade de Suzano em São Paulo. São muitos assuntos e muito fácil de fazer relação com o que estamos vivendo, com o Presidente que temos e com as políticas que estão sendo implementadas, como é o caso da liberação das armas, como é, talvez por coincidência, nos Estados Unidos.

Mas eu subo aqui – já fizemos isso, agora pela manhã, na reunião de líderes, PSOL e PT – para falar sobre o PLCE nº 02/19, do Executivo, e o tema da audiência pública. A audiência pública é o momento, como o próprio nome diz, de ouvir o público. E é importante reafirmar esse conceito, porque, ainda que não tivesse formalizado até semana passada, agora já está, o local onde será realizada essa audiência pública, a Mesa Diretora tomou a decisão de fazê-la aqui na Câmara; portanto, a partir dessa decisão, se escolherá quem são as 115 pessoas que estarão de um lado do plenário, ou mesmo que fossem os dois lados, teríamos 230, um número ínfimo pela quantidade de pessoas que estão interessadas em ouvir. Repito, é uma audiência pública, não é uma reunião de representantes. Nós, aqui, somos representantes, são 36 mandatos, mas uma audiência pública não é uma reunião em que se ampliam os representantes para 115 pessoas que possam ocupar aqui um lado da galeria, ou até os dois lados. Uma audiência pública é um momento em que a população tem a possibilidade de, diretamente, ouvir o que está sendo tratado. Ao realizar a audiência pública aqui, no dia 21 de março, está sendo cerceada a possibilidade disso, que é a natureza da audiência pública.

Então, hoje, pela manhã, na reunião de líderes, já levantamos o tema, já que os partidos de oposição não estão contemplados na Mesa Diretora, não puderam fazer isso lá, estão excluídos da participação da condução da Mesa Diretora, fizemos na reunião de líderes,

puxado pelo líder de oposição, Ver. Robaina, e nós estamos formalizando esse pedido, para que a Câmara não seja um lugar de exclusão num momento importantíssimo, inclusive deferido pela Justiça, e não só por isso, por uma concepção mesmo de democracia, porque uma audiência pública, se não for para ouvir o público, perde o sentido de ser uma audiência pública. Então, estamos formalizando junto à Mesa Diretora; se outros vereadores desejam se somar a esta iniciativa, nós ainda não a protocolamos, falamos verbalmente hoje pela manhã na reunião de líderes e agora faremos formalmente. Vejam, não há nada de inovador; a Câmara já fez audiências públicas fora daqui, sobre o tema dos aplicativos, no Gigantinho, já fez no ginásio Tesourinha, em inúmeros outros lugares foram realizadas audiências públicas.

Fica aqui o nosso registro, estamos fazendo com lealdade, alertamos que faríamos, a própria Presidente Mônica pediu a formalização, e nós o faremos, para que a audiência pública do dia 21 não seja na Câmara Municipal de Porto Alegre, a bem da inclusão de quem queira ouvir. Estamos aqui falando, já de cara, em 25 mil pessoas, servidores ativos e aposentados, servidoras, que têm interesse diretíssimo no tema. Essas 25 mil pessoas e outras pessoas que acompanham o tema da Cidade não podem ficar resumidas a 115 pessoas. E, mesmo que se amplie o outro lado, mesmo que se coloque um telão no Plenário Ana Terra, a ideia da participação direta e da audiência pública é ouvir diretamente, é poder, inclusive, ter o direito de reagir com palmas e vaias depois da fala das pessoas que terão a tribuna para se manifestar. Então, realmente é da essência da audiência pública permitir a presença do público.

Não gostaria que esse tema voltasse a ser judicializado, inclusive que tivesse que vir ordem judicial pedindo para mudar de lugar. Então, caberia aqui ao conjunto da Câmara tomar antecipadamente esta decisão.

(Não revisado pelo orador.)